



MUNICÍPIO DE TONDELA

ATA N.º 29 /2023

**REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA REALIZADA
NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2023**

MEMBROS PRESENTES:

Presidente Fátima Carla Dias Antunes Borges
Vereador Francisco José de Moura Coutinho da Costa e Sousa
Vereador João Carlos Figueiredo Antunes
Vereador Fernando Simões de Sousa
Vereadora Vera Lúcia Machado
Vereadora Ana Maria Marques Coimbra
Vereador Francisco Duarte Fonseca

MEMBROS QUE FALTARAM:

Presidência

1- Votação da ata de 10 de outubro

2- Votação da ata de 17 de outubro

3- Informações

3.1 Agradecimento do Município de S. Domingos

3.2 Agradecimento do senhor Albino Alberto Santos da Silva

3.3. Agradecimento da Fundação Abel e João Lacerda e da EDC

4- Aditamento ao protocolo PP03/2022 celebrado entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Campo de Besteiros

5- Correção dos cabimentos referente à deliberação de 26 de setembro de 2023: "7-2ª adenda ao protocolo celebrado entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios aderentes - Mobilidade Suave em Viseu Dão Lafões"

6- Parecer de utilidade pública do Rugby Clube de Tondela

- Departamento de Planeamento Urbanismo e Edifícios

7- Despachos efetuados no uso das competências delegadas e subdelegadas das obras particulares

8- Isenção de taxas do processo de urbanismo 01-2023-116

- Departamento de Administração Geral, Económico Financeira, contratação Pública, Comunicação e Recursos Humanos

- Administração Geral

9- Isenção das taxas de ligação a ramais de água à Junta de Freguesia de Lobão da Beira

- Contratação Pública

10- Correção do mapa 4 dos trabalhos Complementares da empreitada Centro Tecnológico e Empreendedorismo

11- Trabalhos a Menos da empreitada "Zim- Adiça, requalificação e ampliação - lote A - requalificação das infraestruturas existentes"

12- Receção provisória da empreitada "Zim- Adiça, requalificação e ampliação - lote A - requalificação das infraestruturas existentes"

13- Revisão de preços da empreitada "Zim- Adiça, requalificação e ampliação - lote A - requalificação das infraestruturas existentes"

14- Conta final da empreitada "Zim- Adiça, requalificação e ampliação - lote A - requalificação das infraestruturas existentes"

15- Trabalhos a menos da empreitada "Zim- Adiça, requalificação e ampliação - lote D - construção do novo parque de estacionamento"

16- Revisão de preços da empreitada "Zim- Adiça, requalificação e ampliação - lote D - construção do novo parque de estacionamento"

17- Conta final da empreitada "Zim- Adiça, requalificação e ampliação - lote D - construção do novo parque de estacionamento"

- Departamento Educação, Desenvolvimento Social, Desportivo e Cultural

18- Redução da mensalidade pela frequência das piscinas municipais

19- Protocolo a celebrar entre o Município de Tondela e a Liga Portuguesa Contra o Cancro

- Divisão Desporto e Juventude

20- Isenção de taxas ao Caramulo Racing Team

21- Protocolo a celebrar entre o Município de Tondela e a Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Mosteiro de Fráguas

22- Correção do valor do protocolo celebrar com o Besteiros Futebol Clube - tiro

- Divisão de Cultura, Turismo e Eventos

23- Proposta de regulamento do Auditório Municipal de Tondela

24-Protocolo a celebrar entre o Município de Tondela e Associações- dinamização das tasquinhas

25- Cedência de auditório

26- Libertação de saldo remanescente do contrato programa plurianual celebrado em 2022 com a Federação Portuguesa de Natação

Audiência do Público

---- Aos vinte e quatro dias do mês de outubro, nesta cidade de Tondela, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a *reunião ordinária pública* da Câmara Municipal de Tondela, sob a presidência da senhora presidente da Câmara Municipal, Fátima Carla Dias Antunes Borges, estando presentes os senhores vereadores: Francisco José de Moura Coutinho da Costa e Sousa, João Carlos Figueiredo Antunes, Fernando Simões de Sousa, Vera Lúcia Machado, Ana Maria Marques Coimbra e Francisco Duarte da Fonseca.-----

---- A reunião foi secretariada por Maria Isabel Cabral Estrela.-----

---- Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando haver “quorum” para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a senhora presidente declarou aberta a reunião. -----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O senhor vereador Fernando Sousa interveio, no âmbito da utilização dos fundos estruturais e desenvolvimento sustentável, intervenção que se transcreve:-----

---- “A utilização dos Fundos estruturais e desenvolvimento sustentável. -----

---- Os Fundos estruturais para o desenvolvimento, desde 2013 a 21/12/2020, foram: --

---- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER): desenvolvimento equilibrado das regiões -----

---- • Fundo de Coesão (FC): setores de transporte e ambiente -----

---- • Fundo Social Europeu (FSE): criação e qualificação de empregos -----

---- • Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER): desenvolvimento rural -----

---- • Fundo Europeu Marítimo e das Pescas (FEAMP): setores marítimos e pesqueiro--

---- A distribuição desses FEEI visava atenuar desigualdades estruturais e a nossa região enquadrava-se no grupo das menos desenvolvidas o que elevada a taxa de cofinanciamento até 85% do valor dos investimentos. Foram de facto verbas muito significativas, eventualmente só superáveis pelo atual PRR, que criaram condições para o desenvolvimento porventura irrepetíveis. -----

---- O Regulamento (UE) nº 130/2013, que trata de disposições comuns a todos os FEEI, diz que os fundos devem ser avaliados (artigo 57.º) e devem promover o desenvolvimento sustentável (artigo 8.º).-----

---- O artigo 8º do Regulamento (UE) nº 130/2013 diz: A consecução dos objetivos dos FEEI é feita em consonância com o princípio do desenvolvimento sustentável e com o objetivo da União de preservar, proteger e melhorar a qualidade do ambiente, tal como previsto no artigo 11º do artigo 191º nº1 do TFUE, tendo em conta o princípio do poluidor-pagador. -----

---- Estas prerrogativas levaram um grupo de investigadores da Universidade de Aveiro (UA), em 2021 a elaborar um estudo que relaciona a aplicação de fundos europeus e desenvolvimento sustentável à escala dos municípios. Esse estudo começou a ser divulgado em janeiro de 2023 e só recentemente é que alguma imprensa regional tem pegado no assunto. -----

---- Nesse estudo pode verificar-se que o concelho de Tondela terá sido financiado e executado no âmbito do QREN + PT2020 até 31/12/2020, 113 466 388,03€, a que correspondeu a um investimento per capita de 4 200,93 €, 131ª posição a nível nacional (308 municípios), a 9º maior de entre os 24 concelhos do distrito de Viseu e à sexta na lista dos 15 municípios da região Viseu Dão Lafões.-----

---- Se atentarmos à componente dos indicadores da componente ambiental a posição baixa para a 170ª posição e na parte das instituições baixa ainda mais, para a 202ª segunda posição. -----

---- Nem os valores medianos do sub-índice económico e social, posições 117ª e 120ª, respetivamente, nos tiram da zona cinzenta desse estudo que inclui os municípios com mais cofinanciamento FEEI per capita e que, mesmo assim, registaram um menor crescimento no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável.-----

---- Um ranking particularmente importante, também proposto nesse estudo é o da eficiência na utilização dos fundos, que vem de encontro ao que temos afirmado, quer no programa eleitoral quer nas várias intervenções na Câmara e na Assembleia Municipal. Este ranking avalia a eficácia da utilização dos fundos estruturais, para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável. Neste escalonamento, nós que no FEEI per capita nos posicionávamos na posição 131 em 308, descemos para a posição 225 em 308. Ao nível do distrito da posição 9º para a 21ª posição (a quinta a contar do fim) e da 6ª para a 13ª na região Dão Lafões (a terceira a constar do fim).-----

---- É caso para perguntarmos: o que é que correu mal no concelho de Tondela? Porque é que os projetos financiados não contribuíram para o desenvolvimento sustentável do Município? -----

---- Será que os projetos levados a efeito resultaram de uma falta de visão estratégica e deixaram carenciadas algumas áreas essenciais para do desenvolvimento humano?

Relativamente à parte ambiental não nos restam dúvidas de que foi e continua a ser uma área completamente desvalorizada como fator de desenvolvimento do município e relativamente à qual vamos pagar uma elevada fatura.-----

---- Em síntese, os indicadores do estudo na área ambiental foram: -----

---- -água segura, -----

---- -proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água, -----

---- -proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais, -----

---- -despesas municipais em ambiente por habitante, -----

---- -plástico recolhido por 10000 residentes e -----

---- -árvores de fruto e oliveiras vendidas diretamente a agricultores.-----

---- Sabemos disto e não devemos disfarçar: -----

---- -a grande maioria dos nossos cursos de água e das captações não tem água segura,

---- -grande parte dos alojamentos na Serra do Caramulo não é servida por abastecimento de água nem drenagem de águas residuais – aliás há imensos lugares, mesmo nos centros mais urbanos em que a drenagem de águas residuais não existe ou não funciona de modo a assegurar água segura e a salvaguardar a saúde das pessoas e dos ecossistemas, -----

---- -a falta de um plano de desenvolvimento agroflorestal é um facto e a total ausência de instrumentos de planificação nesta área levam ao avanço do eucalipto e ao abandono do mundo rural.-----

---- Ficamos tristes com estes números-----

---- Tendo em conta os projetos que não surgem, ou os que surgem sem participação pública, como foi o caso do malogrado projeto 20/20, recuperação da pensão Matos, ou o caso dos 800 mil euros da candidatura municipal da loja do cidadão, ao abrigo do PRR, para benefício de um particular, tememos que o rescaldo do PO20/30 e do PRR pinte um quadro ainda mais cinzento.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA**- Presidência****1- Votação da ata de 10 de outubro**

---- Não houve intervenções. Colocada à votação, a ata de 10 de outubro, foi aprovada por unanimidade.-----

2- Votação da ata de 17 de outubro

---- Não houve intervenções. Colocada à votação, a ata de 17 de outubro, foi aprovada por unanimidade.-----

3- Informações

---- O senhor vereador Francisco Coutinho questionou a senhora presidente no âmbito da habitação, intervenção que se transcreve:-----

---- “Sra. Presidente: -----

--- É público que o projecto de recuperação da antiga Pensão Matos para habitação, que tinha aprovado financiamento comunitário de perto de 900 000€, foi abandonado e se prevê a apresentação de novo projecto/candidatura.-----

---- Se é facto que o anterior projecto tinha pouco a ver com as necessidades mais imediatas de habitação no Município, importa para já saber: -----

---- 1-Já há novo projecto de adaptação/recuperação e que características tem?-----

---- 2-Há ou está prevista alguma candidatura do novo projecto a financiamento com fundos públicos comunitários?-----

---- 3-A decisão do abandono do projecto e candidatura anteriores foi tomada em tempo que permitisse negociar com o PO Centro 2020 no âmbito dos financiamentos de projectos municipais, a utilização desse financiamento atribuído para financiar outro projecto com base na distribuição acordada dos financiamentos em cada CIM? Ou não havia qualquer candidatura apresentada em regime de overbooking, com aprovação condicionada a libertação de fundos não utilizados? -----

---- 4-Para além deste futuro projecto há mais alguns projectos para disponibilização de habitação a custos controlados em elaboração ou em curso para candidatar a financiamento no âmbito do reforço destinado a Habitação no âmbito do PRR ou do PO Centro 2030, nomeadamente tendo em conta a possibilidade de aproveitar as áreas do Bairro do Fundo de Habitação e do Bairro da Noruega?-----

---- 5-Há algum avanço em relação ao compromisso de estudar a possível utilização do loteamento disponível em Campo de Besteiros para habitação a custos controlados?-----

---- 6-Há algum outro projecto em estudo que dê seguimento à actualização da Estratégia Local de Habitação? -----

---- 7-Já estão definidas definitivamente as ARU’s de forma a que os incentivos que a sua constituição disponibiliza aos interessados possam estar disponíveis no próximo ano?”-----

---- Seguidamente, o senhor vereador Fernando Sousa referiu, no âmbito da mobilidade reduzida:-----

---- “Senhora Presidente da Câmara, -----
--- Recuperando o problema das barreiras para pessoas de mobilidade reduzida, queremos apresentar um caso que também conhece e para ele para qualquer outra posição similar, pedimos à Câmara que faça todos os esforços no sentido de diminuir as barreiras e facilitar a vida a quem por qual motivo se vê privado de todas as suas capacidades motoras. -----

---- Trata-se de um morador da Rua do Fungão em Molelos, que por ter tido um AVC ficou em cadeira de rodas. Agora que a situação estabilizou e o referido cidadão se aventura a deslocar-se sozinho, em cadeira de rodas manual ou elétrica, torna-se por demais evidente que o mesmo está aprisionado na sua habitação pois as ruas não oferecem condições de segurança em qualquer dos seus trajetos. -----

---- No caso concreto há duas situações a considerar:-----
---- - os passeios na ER 230 estão cada vez mais irregulares, há buracos intransponíveis por cadeira de rodas e há sítios onde não há sequer largura suficiente que é urgente regularizar; -----

---- - a rua do Clube Atlético de Molelos (Caminho Velho) que liga o parque do Vale da Pata à rua do Fungão tem cerca de 100 metros por asfaltar. -----

---- Neste caso em concreto, completar o asfalto do Caminho Velho, seria uma boa alternativa dadas as ligações que a pessoa tem quer com o Clube quer com a quinta do Vale do Amieiro, locais onde antes do acidente tinha muito dos seus interesses e passava muito do seu tempo. -----

---- O que propomos é que seja concluído o asfaltamento da rua do Clube Atlético de Molelos até à rua do Fungão, fundamentando o caráter de urgência com a necessidade real e inadiável deste nosso concidadão.-----

---- Paralelamente, os passeios dentro de Molelos deveriam ter uma manutenção rigorosa no sentido de resolver os problemas referidos.” -----

---- Continuou solicitando, por ter sido, de alguma forma, acusado de falta de cordialidade relativamente às Associações do Concelho, cópia do convite que foi feito pela Associação da Póvoa de Rodrigo Alves, à Câmara e aos vereadores para participarem nos festejos de S. Miguel que se realizaram no passado dia 1 de outubro de 2023. -----

---- O senhor vereador Francisco Fonseca enalteceu a participação e o apoio dos 14 clubes e atletas individuais que estiveram na FEDEARTE, que foi um enorme sucesso a nível participativo. Informou que esteve presente nos seguintes eventos: no aniversário do Clube Atlético de Molelos; na gala do 97.º Aniversário da Associação de Futebol de Viseu; na entrega de prémios do CTDT, do primeiro torneio de veteranos federado; no jantar do Clube de Caça e Pesca 5 estrelas, onde foram permeados os pescadores que participaram no evento de pesca desportiva que ocorreu na barragem do Paul. Informou que irá ocorrer a reunião com a Associação Gap Year Portugal, que vai ir apresentar o seu projeto nas escolas de Tondela.-----

---- Informou que relativamente ao BUPI, este continua a prestar o devido serviço gratuito, no edifício em frente aos Paços do Concelho. -----

---- Por fim, relativamente ao ponto de situação da estrada confinante com o Estádio João Cardoso, questão colocada pelo senhor vereador Francisco Coutinho numa das últimas reuniões de Câmara, informou que a obra foi parcialmente rececionada, em outubro de 2022, tendo o derrube de terras sido detetado, no início do ano de 2023. Referiu que ocorreram reuniões na obra e que houve troca de comunicações, sendo que está de momento a ser avaliado tecnicamente e juridicamente, pelo que quando existir informações mais concretas, serão transmitidas. -----

---- O senhor vereador João Carlos Figueiredo deu nota de uma reunião ocorrida, relativamente ao projeto Aldeias e Serra do Caramulo, que engloba a União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho, a União de Freguesias de Caparrosa e Silvares e a freguesia de Guardão, estando o projeto numa fase final para poder ser implementado. Informou que está ultimada a edição dos cadernos D. Jaime, prevendo-se a edição em novembro. Deu um enfoque especial à exposição coletiva de produtos certificados do País, que decorre na Assembleia da República, e que contém nove peças de barro negro de Molelos, dos sete oleiros de Molelos. Lembrou que está a decorrer, no Museu Terras de Besteiros, uma exposição relativa à Festa das Cruzes, que decorre da candidatura ao Património Nacional Imaterial. Nesse âmbito, referiu que houve sessões de divulgações, que informou sobre a candidatura e da sua importância para o território, nas paróquias de Castelões, Guardão, Santiago de Besteiros e Campo de Besteiros. Informou que no dia 1 de outubro terminaram os percursos pedestres de 2023, com a realização da grande rota do Caramulo, de 30 Km e que contou com a participação de 70 caminheiros, oriundos de várias zonas do país. Informou, ainda, que os serviços estão a ultimar os pormenores para o arranque do plano estratégico educativo municipal. Referiu ter estado presente numa reunião na CIM Viseu Dão Lafões, no âmbito do sucesso educativo e numa reunião de trabalho com a rede de bibliotecas de Tondela. Disse, também, que acompanhou a senhora diretora do Agrupamento de Escolas de Tondela Cândido de Figueiredo, a Professora Ana Antunes e dois alunos, a Lisboa, ao Pavilhão do Conhecimento, para o concurso de provérbios associados à cidadania e igualdade de género. Por fim, informou que reuniram com os profissionais de saúde da USF de Tondela, para operacionalização das obras daquela unidade. -----

--- A senhora vereadora Vera Machado informou que relativamente à Pensão Matos, o projeto encontra-se em fase de conclusão e que está a ser ultimada uma candidatura ao 1º direito. Referiu que se está em fase de validação de documentos dos beneficiários quer seja para processos de reabilitação, quer seja de uma candidatura de alta promoção, fases de materialização da estratégia local de habitação. Contudo, referiu que pelo hiato de tempo desde a elaboração da estratégia até ao momento, terá de haver uma atualização, que deverá espelhar a nova realidade migratória e habitacional do concelho.

---- A senhora presidente informou que foi realizada uma vistoria às obras da Frente Ribeirinha, com vista à realização da receção provisória, estando de momento o empreiteiro a realizar algumas obras decorrentes dessa vistoria, nomeadamente pequenas reparações. Relativamente às obras de ampliação do cemitério municipal, disse que o processo está a decorrer sem perturbações, tendo-se realizado as transladações dos ossários para a nova ala, o que permitiu a demolição dos antigos ossários. Contudo, referiu, que nas duas obras e decorrente das condições climáticas tem surgido alguns atrasos. Relativamente ao concurso para a pavimentação da estrada de ligação a São João do Monte/Vale do Lobo, o mesmo encontra-se em fase de elaboração do relatório preliminar. Informou que está em fase de análises das propostas o procedimento concursal da requalificação e beneficiação da estrada do Lameirinho e estradas adjacentes, assim como a pavimentação das valas em Molelinhos. Referiu que está a ser preparado o procedimento concursal para a execução de pavimentações na União de Freguesias de Caparrosa e Silvares, freguesia de Dardavaz e instalação de lombas de velocidade. Referiu que estão a ser concluídos os levantamentos topográficos para o concurso de pavimentação da estrada de ligação Caramulo/Jueus. Informou que reuniu com os serviços da ASAE, referindo a importância que essa entidade continue no

concelho de Tondela. Disse ter efetuado uma visita aos ex-gabinetes do registo civil, instalados no edifício do Tribunal de Tondela, acompanhada pela senhora juíza presidente, para avaliação da possibilidade de utilização dessas instalações. -----

---- Sublinhou o trabalho efetuado no domínio da valorização do património cultural, destacando a exposição de barro negro na Assembleia da República, assim como a sua inscrição do património nacional imaterial. Referiu, igualmente, as reuniões ocorridas com as várias entidades para a concretização da inscrição das Festas das Cruzes no património nacional imaterial. -----

---- De seguida, respondeu às questões colocadas pelo senhor vereadores Francisco Coutinho, referindo que foi intenção adaptar a tipologia do projeto de requalificação da Pensão Matos, de acordo com as necessidades atuais do concelho no que concerne à habitação, mantendo-se a funcionalidade do projeto inicial. Lembrou que, atendendo que foi concretizada a aquisição de uma parcela adjacente ao edifício, os serviços estão em condições de colocar a obra a concurso, tendo subjacente uma candidatura ao abrigo do PRR. Referiu que, atendendo que está aprovada a estratégia local de habitação, o que permite o apoio direito de beneficiários, através de candidaturas ao PRR, estão os serviços de ação social a efetuar o levantamento do estado atual dos agregados e de avaliação das suas capacidades de realização da candidatura e financeira. Informou que estão agendadas reuniões com os senhores presidentes de juntas, por forma a avaliar o estado social das freguesias e as capacidades de edifícios disponíveis para que possam vir a ser utilizados para realojamentos de famílias. Disse que os projetos que estão previstos neste âmbito estão definidos na estratégia local de habitação. Relativamente ao loteamento de Campo de Besteiros, informou que tal como referido anteriormente, está sempre subjacente a disponibilidade, o custo e o benefício. Referiu que a criação de novas ARU's permitirá a regeneração urbana. -----

---- Relativamente às questões ambientais, referiu, que no âmbito do atual quadro dos fundos comunitários, o município de Tondela e a Aintar estabeleceram várias candidaturas ao POSEUR, que foram aprovadas, cujas obras estão em execução, nomeadamente a requalificação de todo o sistema norte, da rede de saneamento. Deste modo, informou que estão em execução duas grandes empreitadas, a execução da rede de saneamento da zona norte de Tondela, com a construção de importantes emissários, a execução da ampliação da ETAR de Tondela. Informou que, de acordo com o novo quadro comunitário e as regras subjacentes às candidaturas trarão maiores dificuldades às associações de municípios, esperando que haja um retorno da posição. -----

---- Deu nota, no âmbito da valorização dos recursos hídricos, que ocorreram várias reuniões com a ARH Centro e com a equipa consultora do projeto da requalificação da Ribeira de Dardavaz, tendo em vista à possibilidade de uma linha de financiamento. ---

---- Relativamente às questões colocadas sobre as barreiras aos que possuem mobilidade reduzida, disse essa que é uma preocupação constante, pelo que tendo sido requalificadas algumas situações que necessitavam ser corrigidas, nomeadamente com a colocação em passadeiras, de pavimento tátil, nas Colmeiras e junto ao auditório municipal. No caso concreto referido pelo senhor vereador Fernando Sousa, informou ser um caso que merece acompanhamento por todos e ao qual é sensível, tendo já sido na situação concreta agilizado um apoio. No entanto, relativamente à asfaltagem que propõe, disse ser intenção do executivo a execução nos próximos tempos, contudo, a prioridade no presente ano foi concluir as pavimentações em locais com necessidades urgentes, nomeadamente a rua do Lameirinho e a conclusão das pavimentações em Molelinhos. -----

3.1 Agradecimento do Município de S. Domingos

---- Foi presente um agradecimento do Município de S. Domingos pela receção e acolhimento efetuado aquando da deslocação a Tondela, de 13 a 17 de setembro. -----

---- A Câmara tomou conhecimento. -----

3.2 Agradecimento do senhor Albino Alberto Santos da Silva

---- Foi presente um agradecimento do senhor Albino Alberto Santos Silva, em nome pessoal e da restante família, pela atribuição da medalha de mérito municipal, à esposa Maria de Lurdes M de Loureiro, conhecida pelo pseudónimo Filipa Duarte.-----

---- A Câmara tomou conhecimento. -----

3.3. Agradecimento da Fundação Abel e João Lacerda e da EDC

---- Foi presente um agradecimento da Fundação Abel e João Lacerda e da EDC – Associação de Eventos do Caramulo, pelo apoio e disponibilidade demonstrada pela XVIII edição do Caramulo MotorFestival.-----

---- A Câmara tomou conhecimento. -----

4- Aditamento ao protocolo PP03/2022 celebrado entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Campo de Besteiros

---- Foi presente um aditamento ao protocolo PP.03PP /2022, celebrado entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Campo de Besteiros, para extensão de prazo de execução até 31 de dezembro de 2023. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o aditamento ao protocolo.-----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

5- Correção dos cabimentos referente à deliberação de 26 de setembro de 2023: "7-2ª adenda ao protocolo celebrado entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios aderentes - Mobilidade Suave em Viseu Dão Lafões"

---- Foi presente uma informação que refere que os cabimentos da 2ª adenda ao protocolo celebrado entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios aderentes - Mobilidade Suave em Viseu Dão Lafões, deliberada a 26 de setembro, foram mal classificados, pelo que foi remetido cabimentos com classificações corretas. -----

---- Face ao exposto, a Câmara aprovou por unanimidade aprovar a 2ª adenda ao protocolo e os respetivos cabimentos.-----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

6- Parecer de utilidade pública do Rugby Clube de Tondela

---- Foi presente o pedido de parecer de utilidade pública para o Rugby Clube de Tondela. -----

---- O senhor vereador Francisco Fonseca informou que a pedido da associação, a câmara só emite um parecer necessário para o Conselho de Ministros atribuir a designação de utilidade pública. -----

---- A senhora presidente referiu que entendem ser uma instituição de elevado valor desportivo, constituindo-se como um dos principais motores sociais do concelho, contribuindo de forma relevante para a igualdade de género, no desporto e na sociedade, através da sua atividade tem contribuído não só para a formação desportiva, mas também para a formação cívica dos atletas e dos jovens. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a emissão do parecer favorável, no âmbito da alínea d) do artigo 8º da Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública, à solicitação do Rugby Clube de Tondela, clube fundado em 1992, com sede na Rua Forno da Telha - Molelinhos, N.º 100 3460-210 Tondela, com o NIF 502 969 237, atendendo que desde a data da sua fundação, tem desenvolvido um trabalho de formação desportiva, na modalidade de rugby, de indiscutível valor e importância para o interesse público, realçado pelos resultados desportivos alcançados e que de uma forma constante tem colaborado em várias iniciativas promovidas pelo Município de Tondela. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

- Departamento de Planeamento Urbanismo e Edifícios

7- Despachos efetuados no uso das competências delegadas e subdelegadas das obras particulares

---- A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos que recaíram sobre os processos de obras particulares, constantes da listagem que foi apresentada nos termos do art.º 34 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ficando arquivada nos respetivos serviços. -----

8- Isenção de taxas do processo de urbanismo 01-2023-116

---- Foi presente uma informação social propondo a isenção de taxas do processo de urbanismo 01-2023-116, no âmbito do número 4 do artigo 73, do regulamento de habitação e ação social. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a isenção de taxas do processo de urbanismo. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

- Departamento de Administração Geral, Económico Financeira, contratação Pública, Comunicação e Recursos Humanos

- Administração Geral**9- Isenção das taxas de ligação a ramais de água à Junta de Freguesia de Lobão da Beira**

---- Foi presente a solicitação da Junta de Freguesia de Lobão da Beira, de isenção de taxas inerentes aos pedidos de ligação ao ramal de água, para o Largo de S. Simão.-----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar as isenções de taxas. -----
---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

- Contratação Pública**10- Correção do mapa 4 dos trabalhos Complementares da empreitada Centro Tecnológico e Empreendedorismo**

---- Foi presente uma informação que refere que a informação, de 13 de setembro, e o mapa 4 dos trabalhos complementares da empreitada Centro Tecnológico e Empreendedorismo, submetidos à reunião de câmara de 13 de setembro de 2023, “7- Erros, Omissões e trabalhos complementares da empreitada "Centro Tecnológico e de Empreendedorismo", continham imprecisões, a saber:-----

---- No paragrafo 5 da informação, onde se lê “... ponto 2...”, deverá ler-se “...mapa 4...”; -----

---- No paragrafo 9 da informação, onde se lê “...ao valor de 137 126,03€...”, deverá ler-se “...valor de 144 183,75€...”; -----

---- No mapa 4, devido a um erro de somatório dos diversos articulados, onde se lê “...137 126,03€”, deverá ler-se “... 144 183,75€...”.-----

---- A senhora vereadora referiu:-----

---- “Sobre este ponto só queria acrescentar o seguinte, sabemos que a correção em assunto é uma correção de natureza diferente da votada em 15 de Setembro, no entanto é mais um erro a juntar aos entretanto votados e porque as dúvidas persistem e que passo a referir: -----

---- Na sequência da posição por nós tomada na reunião extraordinária de 15 de setembro de 2023 continuamos a sentir grandes dificuldades em interpretar determinados erros e omissões sem conhecer o projeto e ter presente o mapa inicial de erros e emissões que na altura pedimos e ainda não nos foi fornecido. Continuamos a questionar a qualidade do projeto e do trabalho do medidor orçamentista -----

---- Por exemplo, como é possível que o projetista que idealizou a construção de determinados vãos se tenha esquecido da demolição, abertura, de dezenas de vãos - artigo 8. -----

---- Do artigo 10.8 em diante, no âmbito da segurança contra o incêndio é inacreditável a quantidade de peças em falta, que nos faz questionar a qualidade do projeto original. Alguém tem de responder por esta disparidade. -----

---- Como se justifica um erro no cálculo do reboco de 1.134m² no reboco e também no capoto (83 metros de capoto são mais 4 mil e tal euros).? -----

---- Acham que com erros desta natureza podemos confiar neste projeto e nas medições? -----

---- Ao nível dos trabalhos complementares como se justifica o aparecimento de 400m2 de desmatação, não seria este um trabalho essencial e básicas no projeto original? -----

---- Quanto às caixilharias, podemos aceitar algum incremento devido à descontinuação de alguma referência. No entanto, os valores são muito elevados e consideramos que falta uma tabela de 3 colunas que compare o orçamentado, o proposto e o valor da respetiva dedução. -----

---- Quanto aos artigos do capítulo 32, como se justificam tantos quadros elétricos e ainda por cima com valores tão elevados? -----

---- No que diz respeito aos trabalhos a menos: 43.678,65€ ficamos preocupados com a conclusão da obra sem a instalação desse PT questionamos como vai ser pago e se vai ou não hipotecar o normal funcionamento da infraestrutura. -----

---- Continuamos a pedir que nos seja facultada a justificação e deliberação que determinou a realização dos trabalhos complementares no valor de 309.231,57€, que nos foram apresentados como factos consumados. -----

---- Tal como no dia 15 de setembro votamos contra este ponto da ordem de trabalhos por não terem sido esclarecidos todos os aspetos que ficaram pendentes na reunião de 15 de setembro de 2023.”-----

---- A senhora presidente referiu que o projeto foi aprovado em reunião de Câmara do mandato anterior, sendo que na reunião de câmara extraordinária de setembro, o responsável dos serviços técnicos esteve presente para esclarecimento de todas as dúvidas. Informou que, o que é submetido à presente reunião tem subjacente um erro na contabilização das parcelas no somatório global, erro que foi comunicado, ressaltando o cumprimento do limite máximo de 10% de trabalhos a mais complementares. Referiu que, todas as respostas às questões colocadas, estão a ser elaboradas pelos serviços técnicos para poderem ser disponibilizadas, nomeadamente, o projeto que estará no gabinete de apoio à presidência. -----

---- A Câmara deliberou por maioria, com os votos contra dos senhores vereadores Francisco Coutinho, Fernando Sousa e Ana Coimbra, aprovar as correções materiais. ---

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

11- Trabalhos a Menos da empreitada "Zim- Adiça, requalificação e ampliação - lote A - requalificação das infraestruturas existentes"

---- Foi presente trabalhos a menos, no valor de 12 478,63€, com IVA incluído à taxa legal em vigor, da empreitada “ZIM- Adiça, requalificação e ampliação - lote A - requalificação das infraestruturas existentes”, adjudicada à empresa Rosas Construtores SA.

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar os trabalhos a menos da referida empreitada.-----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

12- Receção provisória da empreitada "Zim- Adiça, requalificação e ampliação - lote A - requalificação das infraestruturas existentes"

---- Foi presente o auto de vistoria e de receção provisória da empreitada " ZIM - Adiça, requalificação e ampliação -lote A – requalificação das infraestruturas existentes", adjudicada à empresa Rosas Construtores SA. -----

---- A Câmara, face ao parecer do serviço técnico que vistoriou a obra para efeitos de receção dos trabalhos efetuados, e tendo este verificado que a mesma se encontra concluída, de harmonia com as cláusulas estipuladas, deliberou por unanimidade considerá-la em condições de ser aceite provisoriamente. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

13- Revisão de preços da empreitada "Zim- Adiça, requalificação e ampliação - lote A - requalificação das infraestruturas existentes"

---- Foi presente a revisão de preços da empreitada “ZIM- Adiça, requalificação e ampliação - lote A - requalificação das infraestruturas existentes”, adjudicado à empresa Rosas Construtores SA, calculada nos termos do Decreto-Lei nº 6/2004, na sua versão atualizada e que resultou num acréscimo no valor de 3 284,49€, com IVA incluído à taxa legal em vigor. -----

---- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o referido cálculo.-----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

14- Conta final da empreitada "Zim- Adiça, requalificação e ampliação - lote A - requalificação das infraestruturas existentes"

---- Foi presente a conta final da empreitada " ZIM- Adiça, requalificação e ampliação - lote A - requalificação das infraestruturas existentes ", adjudicada à empresa Rosas Construtores SA, no valor de 534 911,63€, com IVA incluído.-----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a conta final. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

15- Trabalhos a menos da empreitada "Zim- Adiça, requalificação e ampliação - lote D - construção do novo parque de estacionamento"

---- Foi presente trabalhos a menos, no valor de 13 002,15€, com IVA incluído à taxa legal em vigor, da empreitada “ZIM- Adiça, requalificação e ampliação - lote D - construção do novo parque de estacionamento”, adjudicada à empresa Rosas Construtores SA. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar os trabalhos a menos da referida empreitada.-----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

16- Revisão de preços da empreitada "Zim- Adição, requalificação e ampliação - lote D - construção do novo parque de estacionamento"

---- Foi presente a revisão de preços da empreitada "ZIM- Adição, requalificação e ampliação - lote D – construção do novo parque de estacionamento", adjudicado à empresa Rosas Construtores SA, calculada nos termos do Decreto-Lei nº 6/2004, na sua versão atualizada e que resultou num decréscimo no valor de 8 891,04€, com IVA incluído à taxa legal em vigor. -----

---- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o referido cálculo.-----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

17- Conta final da empreitada "Zim- Adição, requalificação e ampliação - lote D - construção do novo parque de estacionamento"

---- Foi presente a conta final da empreitada " ZIM- Adição, requalificação e ampliação - lote D – Construção de novo parque de estacionamento ", adjudicada à empresa Rosas Construtores SA, no valor de 278 086,81€, com IVA incluído.-----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a conta final. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

- Departamento Educação, Desenvolvimento Social, Desportivo e Cultural

18- Redução da mensalidade pela frequência das piscinas municipais

---- Foi presente a informação nº 26882, datada de 13 de outubro de 2023, do serviço de ação social e escolar, que propõe uma redução de 50% do valor a pagar mensalmente pela frequência de munícipe nas aulas de hidroginástica, nas piscinas de Tondela. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a redução proposta. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

19- Protocolo a celebrar entre o Município de Tondela e a Liga Portuguesa Contra o Cancro

---- Ponto retirado da ordem de trabalhos. -----

- Divisão Desporto e Juventude

20- Isenção de taxas ao Caramulo Racing Team

---- Foi presente um requerimento do Caramulo Racing Team que solicita a isenção das taxas inerentes à ocupação de pavilhão municipal do Caramulo.-----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a isenção de taxas, durante a época desportiva de 2023/2024.-----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

21- Protocolo a celebrar entre o Município de Tondela e a Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Mosteiro de Fráguas

---- Foi presente um protocolo a celebrar entre o Município de Tondela e a Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Mosteiro de Fráguas, no âmbito do programa “Saúde em Dia”, no montante de 172€ para o ano de 2023 e de 344€ para o ano de 2024, acrescido de um montante em espécie de 25€.-----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a celebração do protocolo.-----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

22- Correção do valor do protocolo celebrar com o Besteiros Futebol Clube - tiro

---- Foi presente uma informação propondo a correção da deliberação, datada de 10 de outubro de 2023, “32- Protocolos a celebrar com o movimento associativo federado”, no que concerne ao apoio com o Besteiro Futebol Clube – Tiro, onde se lê “416,67€, deverá ler-se “416,66€”,-----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a correção do valor a protocolar.-----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

- Divisão de Cultura, Turismo e Eventos

23- Proposta de regulamento do Auditório Municipal de Tondela

---- Foi presente a proposta de regulamento do auditório municipal de Tondela, que se anexa com o número 1.-----

---- O senhor vereador João Carlos Figueiredo referiu que importava elaborar um regulamento para o auditório, de modo a serem definidas as utilizações e pedidos das entidades que necessitam do espaço, pelo que é presente uma proposta de regulamento, para, seguidamente, ser submetido a discussão pública de 30 dias.-----

---- O senhor vereador Francisco Coutinho referiu que a proposta se não tivesse uma nuance especial, era um regulamento que estava muito bem elaborado. Contudo, efetuou uma resenha histórica, para recordar quem fez o edifício, pelo que a Sociedade Filarmónica tondelense não é inquilina do espaço. Recordou: -----

---- “A Sociedade Filarmónica Tondelense, sendo a sua presidente a Dr^a Lisete Gonçalves, com o sonho de construir a sede, candidatou-se ao Pidacc, tendo recebido uma participação de 14 500 contos. Depois angariou outros fundos de amigos e sócios da instituição, conseguiu um projeto para construir aquele edifício, no local que o \proprietário da Mata, antigo presidente da câmara, o benemérito Dr. Adriano Cardoso, tinha indicado como lote onde se poderia construir a sede da Sociedade Filarmónica Tondelense. E, então a Sociedade Filarmónica Tondelense colocou mão à obra e construiu aquele edifício, só que não tinha dinheiro para o acabar. Deste modo, a câmara municipal na altura, com grande sensibilidade para ajudar a Sociedade Filarmónica Tondelense utilizou a política do “cuco”. Então tenho um extrato de uma deliberação de câmara, que apesar de não estar datada, mas deve ser do ano de 1993 ou 1994: “Porque Tondela não possui um auditório condigno com a sua condição, entendeu-se que o projeto da obra fosse mais para além do que a simples sede de uma associação, devendo ter o cuidado arquitetónico, até pelo lugar privilegiado onde será erigido. É um facto que todas estas ideias transformaram o edifício em mais do que aquilo do que inicialmente se pensara. Posta a obra a concurso foi a mesma adjudicada por 39 mil contos, é fácil adivinhar que o valor total da obra vai atingir, por admite-se trabalhos a mais de valores na ordem dos 50 000 contos, sem considerar o acabamento condigno do interior do salão do auditório. Assim, e considerando que o edifício além das condições próprias da associação, possui salas de aulas e salão de auditório, que a Sociedade Filarmónica Tondelense, que muito raramente utilizará o salão auditório, pois tem outra sala onde pode exercer as suas atividades com condições. Que este salão auditório devido aos seus custos imediatos não pode deixar de ser rentabilizado para outras atividades. Que Tondela não possui uma sala condigna para as muitas atividades que aqui são realizadas e da responsabilidade da autarquia. Que é necessário proceder ao levantamento do salão para lhe dar condições técnicas e de comunidade para garantir a sua utilização com dignidade para agravar em muito o custo final da obra. Que os valores financeiros disponíveis pela Sociedade Filarmónica Tondelense dificilmente atingiram os 20 000 contos, sendo 14 500 o valor da participação. A Câmara Municipal de Tondela e a Sociedade Filarmónica Tondelense propõem-se estabelecer o seguinte protocolo que visa dotar a Sociedade de boas instalações nos espaços de atividades e dotar Tondela de um bom auditório. 1- a Câmara Municipal de Tondela compromete-se a acabar o edifício, considerando de todo os valores recebidos da participação por parte da Sociedade Filarmónica Tondelense serão investidos no edifício, bem como outros valores possam ou venham a ser recebidos. A Câmara Municipal de Tondela compromete-se a realizar a propriedade horizontal do edifício, ficando para a posse do Município toda a área do salão do auditório e as instalações sanitárias anexas, conforme planta. 3- a Câmara Municipal de Tondela compromete-se a celebrar um protocolo com a Sociedade Filarmónica Tondelense para a utilização privilegiada por parte desta instituição do salão do auditório, que passará à posse do Município”.-----

---- “tenho ideia que houve uma assembleia geral da Sociedade Filarmónica Tondelense, onde votei contra, tendo a maioria votado favoravelmente, mandatando a direção a elaborar esse protocolo. Deste modo, deixo claro que aquele edifício foi mandado construir pela Sociedade Filarmónica Tondelense, pelo que a Dr^a Lisete Gonçalves é que merecia ter o seu nome numa placa no edifício e não outras pessoas que nada fizeram. O auditório foi construído para a Filarmónica. O próprio palco foi

preparado para a Sociedade Filarmónica pudesse atuar. Por isso na proposta de regulamento, penso que a seguir ao município, a preferência de utilização deve ser a Sociedade Filarmónica Tondelense, perante as juntas de freguesia e o restante movimento associativo.”-----

---- A senhora presidente referiu que a proposta de regulamento em nada belisca o que foi deliberado no passado. -----

---- O senhor vereador Francisco Coutinho defendeu que na utilização do auditório, deve ficar exposto que a seguir ao município, a Sociedade Filarmónica Tondelense tem preferência perante as restantes entidades, visto de momento não constar. -----

---- A senhora presidente referiu que iriam analisar a proposta apresentada, efetuando uma reunião com a Sociedade Filarmónica Tondelense, de modo a ser produzidos os documentos necessários. -----

---- O senhor vereador João Carlos Figueiredo disse que no período de discussão pública, é um período privilegiado para apresentação de sugestões, que por sua vez serão avaliadas pela comissão nomeada para a elaboração do regulamento, não invalidando uma reunião com a Sociedade Filarmónica Tondelense para afinar a proposta.-----

---- Colocado à votação, a proposta de regulamento foi aprovada por unanimidade. Mais foi deliberado submete-la a discussão pública por 30 dias, nos termos do artigo 101 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro.-----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

24-Protocolo a celebrar entre o Município de Tondela e Associações- dinamização das tasquinhas

---- Foram presentes os protocolos, no âmbito da dinamização das tasquinhas na Ficton de 2023, a celebrar entre o Município de Tondela e Associações, a saber: -----

---- Sociedade Filarmónica Tondelense, no valor de 1 150€; -----

---- Casa do Benfica do Concelho de Tondela, no valor de 175€;-----

---- Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Sangemil, no valor de 575€;-----

---- Casa do Povo de Tondela, no valor de 490€; -----

---- Núcleo Sportinguista do Concelho de Tondela, no valor de 490€;-----

---- Clube Desportivo e Recreativo de Múceres, no valor de 495€;-----

---- Associação de S.S.R. D da Freguesia de São Miguel do Outeiro, no valor de 225€;-

---- Besteiros Futebol Clube, no valor de 50€; -----

---- Fabrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Lobão da Beira, no valor de 627,60€; --

---- Associação Social e Cultural Vale do Dão, no valor de 882,40€. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a celebração dos protocolos. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

25- Cedência de auditório

---- Foi presente pedido da Comissão Política Concelhia de Tondela de cedência do auditório municipal, a título gratuito, para o dia 20 de outubro, das 21h00 às 24h00.-----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a isenção de taxas inerente à cedência do auditório.-----

26- Libertação de saldo remanescente do contrato programa plurianual celebrado em 2022 com a Federação Portuguesa de Natação

---- Foi presente uma informação propondo a libertação do saldo, no valor de 15 216,36€, do contrato programa plurianual, celebrado em 2022, com a Federação Portuguesa de Natação, em virtude de serviços não prestados. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a libertação do saldo, de modo a descabimentar e descomprometer a referida verba. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

AUDIÇÃO DO PÚBLICO

---- De acordo com o preceituado no art.º 49 da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, a presente reunião foi pública.-----

---- Interveio a senhora D^a Lisete Gonçalves, em representação da Sociedade Filarmónica Tondelense e como presidente da assembleia geral informou que à época foi referido que seria celebrado um protocolo, sendo que nunca teve conhecimento da sua elaboração. Disse que projetou e mandou construir a sede, e não como está inscrito no regulamento que foi o município que cedeu as instalações. Recordou que na altura falou com o senhor presidente da câmara para a possibilidade de cedência de um terreno, tendo a câmara proposto um terreno no local onde está atualmente instalado o edifício, sendo que o mesmo não tinha a mesma configuração da que tem hoje, pois uma parte era da propriedade do Dr. Adriano Cardoso, que, entretanto, concedeu. Referiu ter solicitado apoios, que não foram concedidos de imediato, tendo os mesmo sido no valor de 24 000 contos e não 14 500 contos como foi referido. Relatou as dificuldades na angariação de apoios, pelo que teve de solicitar um empréstimo a um particular, que lhe deu sem que lhe fosse cobrado os juros. Referiu ter solicitado outra participação à CCDRC, que lhe concedeu cerca de 13 000 contos. Por contacto da senhora presidente da direção da Sociedade Filarmónica Tondelense teve conhecimento de um protocolo, no qual era referido que o município cedia à Sociedade Filarmónica Tondelense o

espaço. Deste modo, esclareceu que os factos eram bem diferentes e que quando foi efetivada a propriedade horizontal, a Sociedade Filarmónica Tondelense tinha preferência perante outras entidades na utilização do auditório. -----

---- A senhora presidente agradeceu o esclarecimento e informou que o protocolo referido é um protocolo com alguns anos. Disse que a Sociedade Filarmónica Tondelense é uma instituição que merece todo o reconhecimento, reiterando que a proposta de regulamento em nada fere a instituição. Frisou que a relação entre as duas entidades são de partilha, cooperação e promoção das características intrínsecas e na formação de jovens, na área musical, que cumpre com dedicação há muitos anos. Reiterou o compromisso de uma reunião com a Sociedade Filarmónica Tondelense. ----

ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, pela senhora presidente foi declarada encerrada a reunião, pelas dez horas e vinte e cinco minutos, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, número 2 da Lei 75/2013 de 12 de setembro e devidamente assinada por mim, Maria Isabel Cabral Estrela, que a subscrevi. -----